

Mailson divulga as dívidas dos Estados

Rubem de Azevedo Lima

O ministro Mailson da Nóbrega, da Fazenda, em esclarecimentos reservados que prestou à Câmara dos Deputados, revelou os nomes de todos os ministros, governadores e prefeitos que contraíram empréstimos no exterior, de 1974 a 1990. O documento, com mais de meia centena de páginas, foi enviado ao vice-líder do PDS naquela casa do Congresso, deputado Jorge Arbage, pedessista do Pará, autor de requerimento de informações sobre a dívida externa.

Noutro documento, com meia dúzia de páginas, Mailson contesta que tais empréstimos, assim como os contraídos pela União, contenham irregularidades que os tornem ilegais.

Com base na Constituição de 1988, o Congresso havia constituído uma comissão mista de senadores e deputados, para examinar a dívida externa do Brasil. O relator dessa comissão, senador Severo Gomes, do PMDB de São Paulo, chegou à conclusão de que tais empréstimos eram ilegais, porque os bancos que emprestaram recursos aos tomadores brasileiros - União, estados e municípios - usaram taxas de juros flutuantes, fixadas unilateralmente. O ministro Mailson acentua, nos esclarecimentos a Jorge Arbage, que as taxas de juros do **libor** e da **prime rate** variavam, nos contratos de empréstimos firmados pelo Brasil, de acordo com as flutuações do mercado internacional.

Ratificação

Outra irregularidade apontada pela comissão da dívida externa brasileira teria sido o fato de que o Congresso Nacional - ao contrário do que exigiam também as Constituições de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969 - não ratificou os empréstimos contraídos pelo Brasil. Com base em tais circunstâncias - a falta de anuência do Poder Legislativo e a fixação de juros de acordo com a vontade unilateral dos bancos internacionais - a Comissão do Congresso pediu ao Supremo Tribunal Federal que considerasse ilegal a dívida e, consequentemente, mandasse cancelá-la.

Mailson lembra que, pelas Cartas outorgadas de 1967 e de 1969, o Congresso ficou dispensado de ratificar os empréstimos externos, limitando-se apenas a tomar conhecimento do assunto, através do Executivo.

Além disso, conforme consta da ementa de cada contrato, os toma-

dores de recursos assumiram o compromisso de "não alegar, em nenhuma circunstância, a ilegalidade das cláusulas contratuais, em qualquer fôro, para furtar-se ao pagamento dos empréstimos, com os respectivos juros e serviços".

O documento enviado por Mailson a Arbage contém a relação dos bancos credores do Brasil, as datas de cada contrato, o valor dos empréstimos à União (inclusive ministérios já extintos, como o da Reforma Agrária), aos estados e municípios, nos últimos dezesseis anos.

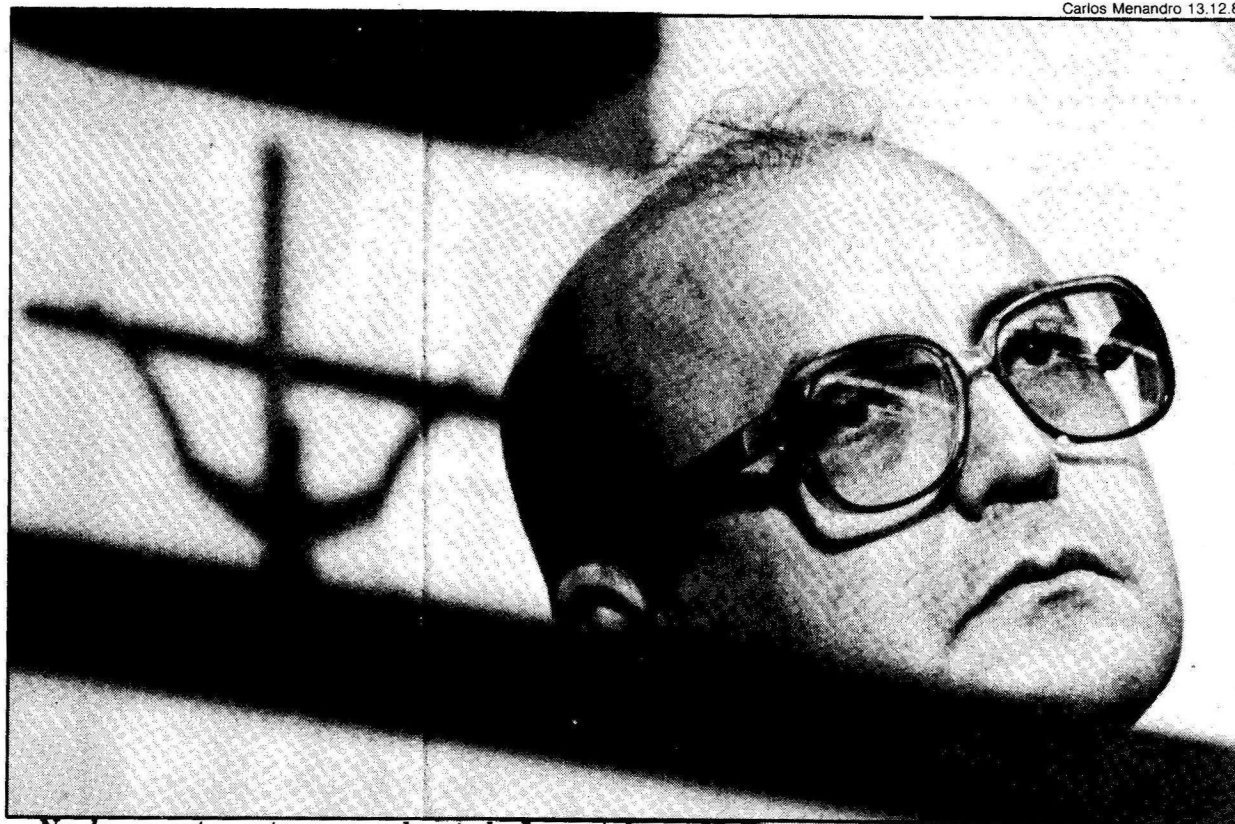
Um dos empréstimos de maior vulto, obtidos pelos ministérios, foi o da pasta da Aeronáutica, para a fabricação do avião de caça e combate, AMX.

Governadores

Obtiveram recursos externos, entre outros governantes estaduais e municipais, os ex-governadores de São Paulo, Franco Montouro, Paulo Egídio Martins, José Maria Marin, Paulo Maluf, Laudo Natel; os mineiros Tancredo Neves, Francelino Pereira, Aureliano Chaves, Hélio Garcia e Newton Cardoso; os catarinenses Antônio Carlos Konder Reis, Jorge Bornhausen, Esperidião Amin; os paranaenses José Richa, Jaime Cagnet; os gaúchos Jair Soares, Sinval Guazzelli; os pernambucanos Roberto Magalhães e Marco Maciel; Amazonino Mendes (AM); Wilson Braga (PB), Roberto Santos (BA), Luís Rocha e João Castelo (ambos do MA), Chagas Freitas (RJ), Jäder Barbalho (PA), Wilson Martins (MS), Virgílio Távora (CE), Ari Valadão (GO), além de governadores de quase todos os demais estados brasileiros.

Dentre os prefeitos que tomaram recursos no exterior são citados Reinaldo de Barros, Olavo Setúbal, Mário Covas (todos de São Paulo); Joaquim Francisco (Recife), Nion Albernaz (Goiânia) e outros.

Depois de analisar os documentos enviados à Câmara por Mailson, o deputado Arbage pretende contestar as conclusões da Comissão da Dívida Externa, apresentadas pelo senador Severo Gomes, e criticar os ex-prefeitos e ex-governadores, que, hoje, depois de terem firmado, empréstimos junto aos bancos internacionais, advogam, como deputados ou senadores, a anulação endividamento no exterior. Preliminarmente, o deputado paraense estima que o endividamento dos estados e municípios passe bastante de dez bilhões de dólares, embora ainda não tenha somado todos os débitos estaduais e municipais.



Carlos Menandro 13.12.89

No documento, entregue ao deputado Jorge Arbage, Mailson contesta qualquer irregularidade